

DELEGAÇÃO DO BRASIL

SUBSÍDIO : TEMA: AS MULHERES E A EDUCAÇÃO.

"AS MULHERES E A EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA: TÓPICOS PARA DISCUSSÃO"

Introdução e sumário:

Suzana Albornoz Stein

A educação das mulheres se faz (também e em grande parte) através das mulheres.

A vinculação das mulheres com a educação em nossa sociedade pode ser vista sob um duplo ângulo: ao mesmo tempo em que são "educadas" para se conformarem a um papel social doméstico (ou domesticado), e lhes são inculcadas desde a primeira infância e no decorrer de suas vidas, maneiras de sentir, pensar e de ser, que correspondem à idéia abstrata de "Mulher" - paciência, submissão, devotamento, passividade, despolitização, beleza ornamental - que faz parte de um conjunto de racionalizações de interesses do atual pacto socio-econômico-cultural,

por outro lado, as mulheres são, na família e na escola, os principais instrumentos da ação pedagógica, e veículos, não tanto da transmissão de conhecimentos, mas especialmente da transmissão de preconceitos e regras de comportamento, que afetam crianças e jovens, meninos e meninas, marcando-os quase sempre com o individualismo, e preparando-os para uma adaptação pragmática (à submissão, ou ao exercício da dominação), contribuindo assim, de modo ideológico, para conservar e reproduzir o atual estado de coisas na sociedade capitalista, na qual, entre os grupos oprimidos, nas classes trabalhadoras e minorias raciais, e a par delas, de modo específico estão as próprias mulheres.

É nesta perspectiva, da mulher como educanda e educadora, discriminada e instrumento de discriminação, que apresentamos os seguintes tópicos para debate.

I. A educação nas famílias procura "domesticar" as mulheres, fabricando-se a sua "inferioridade".

Nas famílias brasileiras, principalmente nas zonas rurais, onde permanecem mais vivos os traços do patriarcalismo, ainda há a convicção de que se deve dar às mulheres uma educação diferente dos meninos. Mesmo nas cidades, é comum observar-se, na vida cotidiana, as célebres afirmações do tipo estereotipado, como "homem não chora", ou "menina precisa ter modos", "deve sentar direito", ou "menina não sobe em árvores", até "moça não grita nem

ri alto", etc., pequenas ordens que vão se insinuando sorrateiramente na psicologia das mulheres em formação, conformando-as a um comportamento mais passivo, "ordenado" e obediente. Além disto, as próprias divisões de trabalho e de espaço de interesses entre pai e mãe, vão reproduzindo a aceitação mais ou menos tácita de que economia e política são assuntos masculinos, e que assuntos de mulher são os da casa e crianças, religião e artes domésticas, no máximo belas artes, magistério, e todas as atividades auxiliares das profissões masculinas. Estes preconceitos a mulher ajuda a manter enquanto, como mãe, também os transmite aos filhos, mas também enquanto os introjeta e parece confirmá-los pelo seu modo de ser na convivência social. A classe social influencia a educação e as chances culturais das mulheres.

De forma geral, pois, nas famílias em nossa sociedade, as mulheres são mais "educadas" no sentido da passividade e da subalternidade, ou da domesticidade. Os traços da civilização patriarcal daquirem características especiais na sociedade burguesa no capitalismo. No entanto, conforme a classe e a camada social a que pertença a família, estas discriminações tomam formas diferentes. Num país como o Brasil, onde as diferenças de classe se tornam evidentes, e os contatos entre as classes sociais, inevitáveis e corriqueiros, não permitem a ilusão de uma "sociedade de classe média" como em contextos desenvolvidos de países ricos da Europa, pode-se observar, de modo empírico, que a educação dada às mulheres se diferencia conforme a sua pertença social de classe, e segundo o segmento ou camada social a que pertence. Nas classes trabalhadoras, entre operários como camponeses, podemos levantar a hipótese - a que nos levam nossas observações pessoais não sistematizadas - de que as mulheres são educadas para trabalhar, e na submissão ao homem. Sustentar o trabalho doméstico, que no campo inclui muitas lides pesadas, como o cuidado dos animais domésticos e também auxílio na plantação, é a função econômica da mulher das classes trabalhadoras. Quando a sobrevivência da família exige, a mulher vai trabalhar fora, - seja como empregada doméstica, continuando a atividade que mais conhece, seja como operária -, sendo então duplamente explorada. A educação para a submissão e para o trabalho prepara esta realidade.

Na classe burguesa, a chamada "classe alta", as mulheres são também educadas para a submissão, ao pai ou a um marido, mas para a submissão através do ócio e da dependência econômica. Aprende a mandar nas mulheres da classe trabalhadora, de cuja opressão participa, enquanto explora sua força de trabalho como empregadas domésticas, que possibilitam a sua inatividade. Para preencher o lazer permanente, a mulher burguesa ocupa-se ou de frivolidades,

ou, se tiver "espírito", de atividades "gratuitas", seja no campo social - iniciativas "benéficas", "filantrópicas" -, seja no campo cultural - as "belas artes", música principalmente. A disponibilidade de tempo e condições para esta participação na cultura pode motivar algumas mulheres burguesas para a aventura intelectual, que pode desembocar numa consciência crítica sobre sua própria situação, e a percepção de agudas contradições. A mulher se conscientiza de que participa da exploração enquanto burguesa, mas é oprimida enquanto mulher, mas muitas vezes não consegue sair desta situação, por falta de educação para o trabalho.

Nas classes médias, em transição, de uma situação de classe média tradicional - atividade autônoma, pequena propriedade - para uma situação de nova classe média - trabalho assalariado, dependente, participação nas grandes organizações públicas e privadas, e no poder econômico e político-, parece-me, salvo observações mais cuidadosas e comprovadas por pesquisa, que a mulher é mais estimulada a educar-se, no sentido de galgar todos os degraus da escolarização e adquirir um diploma, e preparar-se para uma profissão - ou uma profissão liberal, como caracterizava grande parte da pequena-burguesia intelectualizada até bem pouco tempo no Brasil, ou para funções de direção nas estruturas das organizações públicas ou privadas. Esta escolarização da mulher e sua profissionalização é estimulada, por ser necessária à manutenção do status social da família de classe média. Mas mesmo na classe média surgem obstáculos para a realização cultural e social das mulheres, enquanto as tarefas da maternidade lhes são confiadas sem auxílio de equipamentos sociais, e muitas vezes sem auxílio dos companheiros. E hoje em dia com menos auxílio de empregadas domésticas, pois a industrialização tende a oferecer outras alternativas de emprego para a mulher da classe trabalhadora, pressionando no sentido da elevação do salário pelo trabalho doméstico, e a classe média muitas vezes passa a dispensar o auxílio da empregada doméstica, quando (como no caso das professoras primárias), os salários destas e daquelas diminuem suas diferenças. De todos os modos, com uma participação na força de trabalho proporcionalmente maior que as mulheres de outras classes sociais, é de supor-se que as mulheres de classe média encontrem ocasiões de superar a "educação para a submissão" e de participar cultural e politicamente, proporcionalmente maiores às ocasiões dadas às mulheres trabalhadoras, camponesas, ou mesmo da burguesia.

Enfim, no plano da educação informal, também os meios de comunicação de massas, entre os quais hoje se destaca a televisão, mas também a chamada "imprensa feminina", colaboram para confirmar a educação para a esfera doméstica, para a maternidade e o trabalho (ou o lazer) no lar, e para as funções subalternas. São muito recentes, esparsas ou ocasionais, as pressões no sentido da maior participação da mulher, de sua atividade profissional, de sua conscientização social e política.

II. As mulheres vão à escola, qualificam-se para o trabalho, mas as pressões domesticadoras e as discriminações persistem:

1. Um pouco de teoria sobre a escola na sociedade capitalista:

Segundo muitos sociólogos da educação, a escola tem na sociedade capitalista uma atuação conservadora do sistema social e econômico, embora apresente certas inovações, e tenha possibilidade de, em determinados contextos, exercer uma pressão transformadora.

Toda formação social procura garantir seu sistema e modo de produção, providenciando a reprodução tanto dos meios materiais, como das forças produtivas. E o faz estabelecendo-lhes um controle por meio dos aparelhos de Estado: aparelhos repressivos, que usam predominantemente a força para realizar seus objetivos, e aparelhos ideológicos (entre os quais, a escola), que usam predominantemente da persuasão ou inculcação ideológica. Na sociedade capitalista, entre os aparelhos ideológicos de Estado (família, igrejas, etc.) a escola teria um papel predominante. Esta instituição, na sociedade burguesa, mais do que outros aparelhos ideológicos, exerceria a "função" de reprodução social, tanto da qualificação das forças produtivas (lembre-se que a nossa Lei 5692 estabelece claramente como um dos objetivos de nosso ensino de 2^ª a "qualificação para o trabalho"), transmitindo alguns conhecimentos e habilidades básicas para servir no sistema de produção, como reprodução das relações de classe: aos futuros operários são inculcados hábitos de submissão à ideologia que dá suporte ao sistema, enquanto aos que se destinam às "elites dirigentes", ou às diversas camadas intermediárias, é ensinada a manipulação da ideologia, e a capacidade de utilizá-la para mandar e controlar, reproduzindo-se assim, através da escola, a dominação social.

Dito de outro modo: por um lado, a escola assegura uma distribuição material, a repartição de indivíduos nos dois pólos da sociedade, e, por outro, assegura a inculcação explícita da ideologia burguesa.

Evidentemente, a escola não serve apenas para a reprodução da ideologia dominante. Seu equilíbrio não é estável, e reflete e apresenta dentro de si as contradições sociais. Se uma ideologia é "dominante", o é num jogo de forças onde há outra ideologia "dominada" (ou outras), mas que também está presente e exerce influência, buscando afirmar-se. Por outro lado, o manejo de conhecimentos objetivos pode levar a inovações, e a criatividade, de alunos como professores, pode estabelecer arranjos imponderáveis, que se constituam em processos de conscientização e progressos reais, ainda que parciais. Embora seja ingênuo esperar uma transformação da sociedade apenas através da escola, esta oferece certos (embora restritos) espaços para formação da consciência crítica e afirmação da ideologia dos oprimidos, que é a da transformação. E isto também com relação à manipulação ideológica que é feita sobre as mulheres.

Correríamos o risco de não obter uma visão da totalidade do processo educacional, e ficaríamos num modo de perceber unilateral e objetivista, se não acrescentássemos, às considerações anteriores, uma observação sobre como a ação humana entra em relação com as circunstâncias. A escola é definitivamente um aparelho reprodutor da sociedade, ou é o lugar onde os educadores realizam suas intenções? Segundo Luiz Antonio Cunha ("Quem educa os educadores?" - Revista Educação e Sociedade nº5, CEDES, Cortez Editora), se se pode concluir que "as circunstâncias educam os homens tanto quanto os homens educam a si mesmos para mudarem as circunstâncias", não se deve pensar que se trata de um círculo fechado, antes seria o caso de apelar para a figura de uma espiral infinita: "as circunstâncias educam os homens e os homens fazem as circunstâncias diferentes das iniciais que então formam homens diferentes daqueles outros que modificam, então, as circunstâncias que já não são mais aquelas, etc." Segundo o autor, para a análise correta da prática pedagógica, e a localização nela do educador, é preciso reconhecer o caráter contraditório dessa prática: a contradição interna a toda a prática educativa que a faz contribuir tanto para a formação do produto intencionado quanto do seu contrário. Outro passo necessário é partir para a análise concreta de situações concretas. É o que tentaremos nos tópicos seguintes.

2. A escolarização das mulheres no Brasil: alguns dados.

a. Alfabetização:

Segundo o censo demográfico de 1970, é a seguinte a relação entre pessoas que sabem ler e escrever no Brasil e a população do grupo etário considerado:

Grupo etário	Homens	Mulheres
5-9 anos	29,1	30,6
10-14	71,3	74,5
15-19	75,6	78,4
20-29	75,0	73,1
30-39	72,5	68,5
40-49	67,5	56,5
50 e mais e idade ignorada	59,0	43,9

Observa-se que para os grupos mais jovens, a taxa de alfabetização feminina é superior à masculina, mas é inferior nos grupos de mais de 20 anos. Por outro lado, a comparação das taxas de alfabetização de 1940 a 1970 mostra que a diferença da alfabetização entre homens e mulheres diminui ao longo dos recenseamentos sucessivos.

b. Grau de instrução:

a taxa de participação feminina em 1970, por série frequentada, era:

Primário	1ª série	-	48,4
	2ª	-	49,2
	3ª	-	49,7
	4ª	-	49,1
	5ª e 6ª	-	49,1
	Adm.	-	49,0
Médio 1º ciclo	1ª	-	49,9
	2ª	-	48,9
	3ª	-	50,0
	4ª	-	50,8
Médio 2º ciclo	1ª	-	49,1
	2ª	-	51,0
	3ª	-	52,4
Vestibular		-	36,4
Superior	1ª	-	48,6
	2ª	-	40,7
	3ª	-	37,5
	4ª	-	35,4
	5ª e 6ª	-	27,1

A taxa de participação feminina aumenta progressivamente da primeira para a última série dos cursos primário e médio, e este aumento progressivo é especialmente característico do segundo ciclo médio. Paralelamente, a proporção de mulheres diminui no início de cada curso mais adiantado. A associação desses dois fenômenos parece sugerir que a evasão escolar masculina e feminina se efetua em momentos diferentes: os homens desistiriam durante os cursos e as mulheres enfrentariam barreiras no acesso a cursos mais avançados. A taxa de aprovação das meninas é superior à dos meninos, o que explica a concentração de rapazes no início, e de moças no final dos cursos. A tendência inverte no curso superior.

c. Conclusão de cursos:

Pessoas tendo concluído cursos no Brasil: participação feminina.

	1949	1950	1970
Elementar	49,8	49,8	50,0
Médio	48,1	49,8	51,4
Superior	9,1	8,7	34,4

O estudo de Fúlvia Rosenberg de onde extraímos os dados acima ("A Escola e as Diferenças Sexuais", Caderno de Pesquisa nº15, Fundação Carlos Chagas) conclui que a taxa de escolaridade masculina no Brasil é superior globalmente à feminina, não sendo porém homogênea através das várias etapas do ensino (principalmente por volta do 2º ciclo médio); por outro lado, o rendimento escolar feminino é superior ao masculino, através do estudo dos índices de conclusão de curso, aprovação escolar, e adequação entre idade do aluno e série frequentada.

3. A influência da escolarização das mulheres sobre sua participação na força de trabalho, no Brasil de 1970:

Em seu estudo "A educação da mulher brasileira e sua participação nas atividades econômicas, em 1970" (publicado no mesmo Caderno de Pesquisa nº15 da F. Carlos Chagas), Glaura Miranda constata que a participação da mulher na força de trabalho está associada à educação, e principalmente à educação.

Níveis de escolaridade	Mulheres casadas		Mulheres solteiras	
	FT	População	FT	População
Analfabetas	6,35	39,57	19,71	19,82
Primário incompleto	7,20	32,01	23,96	29,23
Primário completo e ginásio incompleto	12,08	21,93	29,66	36,08
Ginásio completo e colegial incompleto	21,44	2,97	24,35	8,94

Níveis de escolaridade	Mulheres casadas		Mulheres solteiras	
	FT	população	FT	população
Colegial completo	49,38	2,88	64,69	4,22
Universitário incompleto	54,25	0,13	43,44	1,08
Universitário completo	65,82	0,51	77,17	0,63

As taxas de participação na força de trabalho são muito baixas para o grupo de mulheres analfabetas (6%) e para as apenas alfabetizadas ou que não tenham completado o curso primário (7%), aumentando sensivelmente à medida que cresce o número de anos de escolarização, chegando a atingir 66% no caso das que concluíram cursos universitários. Portanto, quanto mais alto o nível de escolarização, mais alta é a probabilidade de participação na força de trabalho. Este fenômeno não se observa somente em relação às mulheres casadas, mas é constante relativamente às solteiras. Para estas, a taxa de participação no grupo de analfabetas é de 20%, portanto três vezes mais alta do que as mulheres casadas da mesma condição, e vai a 77% no caso das mulheres que concluíram universidades.

É interessante observar que as diferenças de participação, segundo o estado civil, são maiores nos níveis de escolarização mais baixos. À medida que estes aumentam parece que a discriminação contra as casadas tende a diminuir. As diferenças passam a ser bem menores nos níveis de escolarização mais altos. Além de serem as mulheres com níveis de escolarização mais altos aquelas que têm maior probabilidade de contarem com a cooperação de empregadas domésticas, são também aquelas que em geral têm menor número de filhos, estando portanto menos sujeitas à mencionada discriminação do mercado. Contudo, a alta probabilidade de as mulheres casadas ou não, com níveis de escolarização mais altos, participarem das atividades econômicas não influi muito nas taxas globais de participação. Estas continuam bastante baixas (9,93 e 26,95% respectivamente para casadas e solteiras) comparadas às taxas globais de participação masculina em 1970 que foram de 84%. É que o número de mulheres com níveis de escolarização altos ainda é muito reduzido. Assim, apenas 6,49% das mulheres casadas e 14,87% das solteiras têm escolarização igual ou superior ao curso ginásial completo, sendo que menos de um por cento completou algum curso universitário.

Por outro lado, analisando a relação, educação e salários, o estudo de Glaura Miranda conclui que, se a educação leva a um aumento de participação na força de trabalho, nem sempre as mulheres com maiores níveis de escolarização empregam-se em ocupações compatíveis com esse grau de educação. E que embora maiores níveis de escolaridade levem as mulheres a maior participação na força de trabalho, nem sempre essa participação ocorre com os

mesmos benefícios dispensados aos homens. A discriminação salarial atinge as mulheres.

A educação se apresenta como fator importante de participação, mas outros aspectos parecem exercer considerável influência: 1. A situação sócio-econômica da família - a classe social é considerada um dos mais importantes determinantes do nível de escolarização, por isso, parte da influência da educação seria melhor explicada pela influência sócio-econômica na participação. Ao contrário do que se poderia supor, o estudo de Glauro indicaria que são as mulheres de classe alta (ou de classe média alta?) exatamente aquelas que demonstram os mais altos níveis de participação na força de trabalho. 2. A discriminação contra as mulheres casadas. 3. A discriminação com respeito à idade. 4. O estágio de desenvolvimento econômico das diversas regiões.

Por outro lado, a análise da distribuição ocupacional por níveis de educação dá uma visão mais clara quanto ao papel dos níveis secundários e superior de educação feminina, que é nitidamente de encaminhamento da mulher em direção a ocupações mais tradicionais. Assim, das que completam o 2º grau, e que ingressam na força de trabalho, 68% (casadas) e 56% (solteiras) vão ser professoras primárias, o mesmo acontecendo com as que não completam o curso universitário (49 e 46% respectivamente). E boa parte das poucas mulheres que completam o curso universitário continua em ocupações predominantemente femininas.

4. OS ESTEREÓTIPOS SEXUAIS NA ESCOLA:

Guiomar Namo de Mello (in Caderno de Pesquisa 15, já citado), retoma os dados para refletir sobre como a educação escolar transmite e reforça padrões de comportamento sexual culturalmente estereotipados, reproduzindo, dessa forma, as desigualdades de condições e de oportunidades que existem entre homens e mulheres em nossa sociedade. Numericamente, a representação das meninas no ensino de primeiro grau é a mesma, às vezes até maior que a dos meninos. Também no 2º grau e no superior, tem aumentado, de ano a ano, a proporção de alunas. Entretanto, os preconceitos relativos ao tipo de educação mais adequado para a mulher, se já não se manifestam de forma grotesca, apresentam-se sob formas mais sutis e são revelados principalmente pela participação seletiva da mulher no sistema educacional, e não por sua ausência dos bancos escolares. Diz a autora:

"Enquanto nos limitamos à escola comum e básica, esse problema não é saliente. Todos os alunos, em princípio, recebem a mesma formação. Em

princípio, porque há formação e formação, e nem tudo é igual para meninos e meninas na escola, desde o pré-primário. Já no grau colegial, assistimo a uma maior concentração de meninas em áreas que as encaminharão para cursos superiores ou para profissões predominantemente femininas. Elas se concentram em cursos de Secretariado, Enfermagem, Educação, Letras e Humanidades. Aparecem muito menos nas áreas de ciências exatas. No ensino superior, as mulheres predominam nos cursos de Enfermagem, Pedagogia, Letras e Filologia, Paramédicas. São menos numerosas entre os futuros químicos, físicos, matemáticos, economistas e médicos; são quase inexistentes entre os futuros agrônomos, geólogos e engenheiros. Quando concorrem aos exames vestibulares, aparecem em número quase igual ao dos rapazes. Contudo, examinando os cursos escolhidos, chega-se à conclusão de que as moças não estão disputando as mesmas vagas que os rapazes, pois se destinam em geral aos cursos pelos quais estes não se interessam. E os cursos que atraem poucos elementos do sexo masculino são exatamente os menos concorridos e os que preparam para carreiras de menor prestígio ou para profissões de apoio a outras, como é o caso de Enfermagem e Paramédicas.

A escola em si mesma não é responsável pelos estereótipos culturais. Todavia, funciona como mais uma agência de socialização a fortalecê-los, como parecem sugerir investigações em vários países. Segundo estes estudos, a ideologia da escola está longe de ser vanguardista em relação aos papéis sexuais. Os livros de textos utilizados pelos professores retratam em geral modelos de papéis sexuais tradicionais. (A pesquisa "As Belas Mentiras", de Maria de Lourdes Nosella, mostra como nos livros didáticos utilizados no Brasil, são claras as doutrinações subliminares do estilo "lugar da mulher é no lar" e "na cozinha", por meio já das ilustrações daqueles livros).

A consagração de diferenças de aptidões e interesses de meninos e meninas (meninas vão para Educação Doméstica e meninos para Artes industriais nas disciplinas que se propõem a realizar sondagem de aptidões...), segundo Guiomar Mello, talvez não seja ainda o problema mais sério. As meninas são, em geral, melhores alunas que os meninos, isto é, recebem notas mais altas (na última formatura que presenciei, numa turma mista, as seis melhores notas eram de alunas mulheres). Seu rendimento é mais uniforme, ou seja, elas tendem a um padrão semelhante nas diferentes disciplinas do currículo. As moças recebem maior número de reforços positivos dos professores. Os meninos são mais seletivos quanto ao rendimento, tendendo a

obter melhores resultados nas disciplinas pelas quais têm mais interesse. E percebem a escola com mais hostilidade que as meninas, enquanto estas tenderiam a sentir-se mais à vontade na situação escolar... Os meninos recebem um número consideravelmente maior de punições, apresentam mais distúrbios de comportamento, mais problemas na aprendizagem da leitura, maior número de reprovações e maiores atrasos de escolaridade. A hipótese de Guiomar Mello é a de que as meninas se ajustam melhor à situação escolar porque a escola, como instituição, valoriza comportamentos que a menina desde muito cedo, na família, já aprendeu a apresentar: dependência de aprovação dos outros, passividade, obediência. Corre-se o risco de talvez simplificar, mas não é difícil imaginar que provavelmente as coisas se passem assim. Não seria somente por meio das atividades curriculares e dos materiais didáticos que a escola veicula e confirma os papéis sexuais culturalmente estereotipados. É, também, por meio de seus valores ocultos ou declarados, pelas formas sutis que adota de valorizar certos padrões de conduta que coincidem com aqueles que são mais aprovados nas mulheres em nossa cultura. Ou seja, os padrões de comportamento "domesticado", de submissão.

Pode-se duvidar se o maior ajustamento da menina à escola poderá levá-la a aprender mais e se desempenhar melhor nas atividades intelectuais. As moças não são mais bem sucedidas que os rapazes nos vestibulares, por exemplo. Em muitas áreas fracassam mais. E continua a autora acima citada: "Em inúmeros estudos que investigaram, por meio de medidas padronizadas, diferenças entre meninos e meninas, ou homens e mulheres, constatou-se que o sexo masculino apresenta melhor desempenho em solução de problemas, pensamento analítico, raciocínio matemático, espacial e mecânico; o feminino, em fluência verbal, memória e vocabulário. Não é necessário dizer que as habilidades nas quais os homens se mostram superiores são as mais importantes para a atividade intelectual, seja ela acadêmica ou não."

"Existem algumas evidências de que há diferenças entre os sexos logo ao nascer, quanto à sensibilidade, nível geral de impulsividade, etc. Parece, também, que as meninas amadurecem mais cedo e possuem diferentes ritmos de crescimento em relação aos meninos. Mas não se comprovou ainda que tais diferenças possam responder por tão grandes discrepâncias no desempenho dos dois sexos! "Se não se aceita que as diferenças de desempenho intelectual são devidas a características biológicas inerentes a cada sexo, então tem-se de atribuí-las à cultura. E, na cultura, não é à escola que

competete, em grande parte, a função de orientar e facilitar o desenvolvimento intelectual das pessoas?" Parece, portanto, que a escola desempenha um papel importante para reforçar as diferenças e os papéis sexuais tradicionais valorizados pela cultura. A idéia (ou a ilusão) de que a escola se dá "educação igual para todos" é também quanto aos sexos negada pelos fatos.

III. E são mulheres (em grande parte) os educadores:

Não precisamos voltar à educação das mulheres e sua participação na educação na família, pois é notório e evidente que, no Brasil, é confiada principalmente às mulheres a educação das crianças. Em certas situações tradicionais, em contextos rurais, a presença do pai era muito importante, mas sempre intermediada pela da mãe. Em certos contextos urbanos, o pai quase não se encontra com seus filhos.

Quanto à educação escolar, grande parte de nossos professores é constituída por mulheres. No ensino primário, as mulheres são a grande maioria (mais de 90%); no ensino médio (antigo ginásial e atual 2º grau), aproximadamente 50%; no ensino superior, cerca de 20% dos professores são do sexo feminino. Continua o artigo de Guiomar Mello, acima citado: "O exame da composição do quadro do magistério no Brasil, nos diferentes graus do ensino, mostra a estratificação sexual do trabalho em nossa sociedade. O magistério primário é o mais mal remunerado e o de menor prestígio no Brasil, e nele predominam as mulheres. Esses dois fatos não se associam por simples coincidência, pois seguem a orientação geral da hierarquia do mercado de trabalho, no qual as carreiras predominantemente femininas ocupam os postos mais baixos. "Embora constituam grande maioria do corpo docente do ensino primário, o número de mulheres diretoras de escolas não é proporcionalmente maior que o dos homens; no ensino médio ocorre fenômeno semelhante. No superior, a proporção de mulheres, já pequena no geral, diminui na medida em que subimos na hierarquia dos cargos docentes desse ensino. Mesmo nas áreas de Ciências Humanas, e outras onde estão mais representadas, o número de mulheres que chegam a professoras titulares é muito pequeno."

"Não existem muitos estudos a respeito das características das diferentes categorias ocupacionais do nosso sistema de ensino. Entretanto, tudo leva a crer, por esse quadro, que, como em muitas outras subculturas de nossa sociedade, nele também operam os estereótipos e preconceitos relativos à mulher.

"Plausível é supor que esses estereótipos e preconceitos devem constituir barreiras poderosas que impedem a ascensão da mulher que ensina dentro da própria carreira, apesar de ser o magistério comumente apontado como uma das atividades mais compatíveis com os papéis de mãe e esposa, aos quais "a mulher é naturalmente destinada"..."Estereótipos e preconceitos não se manifestam apenas por meio de pressões sociais externas mais ou menos ostensivas. São assumidos pelas próprias mulheres que trabalham no ensino, ou em outras carreiras, causando-lhes conflitos que limitam suas motivações e seus empenhos. É, portanto, perfeitamente razoável presumir que, num sistema hierarquizado quanto ao sexo das pessoas que nele trabalham, normas e crenças, formas de comportamento mais aprovadas, operem não apenas entre os professores mas permeiem também o relacionamento destes com os alunos."

Aparece, pois, como sobremaneira interessante, fundamental para a superação da condição de "inferioridade" (em determinadas áreas de desempenho) da mulher, a conscientização das professoras destes conflitos que as envolvem, enquanto são objetos de uma discriminação - elementos de uma categoria sexual menos valorizada no trabalho e condicionada para a dependência pela pressão socio-cultural - e ao mesmo tempo, agentes, sujeitos do processo educacional, e veiculadoras também da discriminação, que internalizaram sob forma de modos de ser, sentir e pensar, e submeter-se.

A CUMPLICIDADE DAS MULHERES COM SUA OPRESSÃO:

A idéia de que os oprimidos se tornam cúmplices de sua opressão é uma idéia velha. Os homens nem sempre desejam a liberdade, ou desejam-na tanto quanto à transferência de sua liberdade. A cumplicidade pode dar-se porque a relação de submissão não tem só efeitos negativos, comporta benefícios secundários. Na demissão ligada à submissão é impossível distinguir as forças da morte e as forças da vida. Sendo um fato bastante geral a cumplicidade dos oprimidos com sua opressão, não admira que as mulheres tenham por tanto tempo suportado, ratificado, reproduzido e produzido a sua sujeição na sociedade patriarcal. A opressão da mulher é a mais radical e mais difícil de denunciar e subverter, porque ela não atinge as mulheres só em suas relações de trabalho, mas na raiz de sua vida privada. Por outro lado, as mulheres estiveram sempre divididas: em classes sociais, em nacionalidades, culturas, formas de trabalho, e em indivíduos, no "lar",

no casal, no seu "caso". A cada uma das mulheres era dada a consciência de ser "única" e insubstituível, manifestação única de "A Mulher", gerando-se certo medo (ou desprezo) de umas pelas outras, dificultando a consciência da condição feminina, os problemas femininos vivenciados como "destino pessoal". A perda desse "sentimento do único", segundo Françoise Collin ("Reflexões sobre a escravidão voluntária das mulheres", em "Les Femmes et leurs maitres") permite um movimento de encontro e tomada de consciência. As transformações sociais e econômicas advindas com a industrialização e a urbanização no capitalismo, balançam com o sentimento (alimentado pela ideologia que se interessa em manter a mulher dividida, isolada e submissa) de ser a mulher insubstituível nas funções de mãe e esposa. Ao mesmo tempo que se reduzem as gratificações que este papel trazia no contexto da grande família patriarcal - a compensação de certa segurança e proteção duráveis que permitia-lhes viver e criar seus filhos, outorgando-lhes certo poder no âmbito da casa e da família (hoje reduzida a uma unidade de consumo alojada em apartamento), desaparece a "gratificação" ideológica, de se auto-conscientizar como um "caso único". Aí estaria o ponto de ruptura que permite a conscientização das mulheres de sua opressão e de sua cumplicidade. No plano real como no plano simbólico, as gratificações que garantiam sua submissão diminuem. É nesta experiência, que é essencialmente a da perda de sua unicidade e de sua segurança, que as mulheres podem enfim descobrir-se e encontrar-se, semelhantes e diferentes, inassimiláveis à Mulher "eterna" e abstrata. Mas a ruptura ainda não é segura. O sistema, baseado no poder e na predominância masculina, procura manobrar à sua maneira a imagem da "nova mulher" emancipada. Pode acontecer que o movimento das mulheres, por exemplo, seja só uma etapa, um parênteses, preparando um novo trato com a Feminilidade. Isto depende da força do desejo das mulheres, e de sua ação. Depende também, e especialmente, da ação das mulheres educadoras. Pois se as circunstâncias não são argila facilmente moldável pela ação humana, também não são matéria rígida e intocável, e as transformações históricas acontecem, quando a ação dos homens se associa às circunstâncias propícias. As mulheres no magistério, enquanto dispõem de um sistema educacional e de organizações profissionais da classe, podem encontrar formas específicas e eficazes de contribuir para a transformação de sua condição. No próprio processo de tomada de consciência e na participação no trabalho e na vida política - através da associação de classe, já há uma conquista cujos resultados são a rigor imprevisíveis.

Suzana Albornoz Stein
 Porto Alegre, julho 1980